



Júlio Augusto de Montalvão Machado nasceu na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, em 20 de Setembro de 1888, sendo baptizado a 30 de Outubro do mesmo ano, pelo pároco da mesma freguesia, Rev.º António do Nascimento Vieira Ribeiro. Era o filho primogénito do militar António Augusto de Sousa Machado e de sua esposa, Dona Maria Umbelina Montalvão. O casamento assumiu contornos de novela camiliana, dado que António Augusto (alferes de Cavalaria 6, regimento então aquartelado em Chaves) raptou a noiva e com ela casou em Capeludos contra a vontade do pai dela, descendente do célebre caudilho realista Capitão Vila Frade, que defendia ideais políticos diferentes dos do alferes Sousa Machado, proveniente de uma família liberal. O casamento levou a uma ruptura entre o jovem casal e os pais de Dona Maria Umbelina Montalvão. As partes apenas viriam a reconciliar-se alguns anos depois. O casal António Augusto de Sousa Machado e Maria Umbelina Montalvão tiveram mais três filhos, que receberam os nomes de António, José Timóteo e João Manuel. António viria a formar-se em Agronomia e José Timóteo (que também é autor de diversas obras) em Medicina.

Montalvão Machado viveu a primeira infância com os avós paternos, no Vidago, passando mais tarde para a companhia dos pais, que então viviam no Largo da Madalena, em casa brasonada que ainda existe (anteriormente, logo após o casamento, tinham vivido na Quinta do Nicho, nos arredores de Chaves). A sua infância — primeiro na companhia dos avós paternos, depois, órfão de mãe, na companhia de seu pai (descrito como “doente e de génio difícil”), irmãos e duas velhas governantas — dificilmente se pode dizer que tenha sido normal.

Fez a sua escolaridade primária na Escola Conde de Ferreira, em Chaves, e parte da secundária no Colégio de São Joaquim, igualmente em Chaves. Em 1907 foi para Coimbra, onde concluiu o ensino secundário e se matriculou na Faculdade de Direito, saindo formado em 1913. Durante a estadia em Coimbra viveu na República Flaviense, na Rua da Matemática.

Casou em primeiras núpcias com Dona Maria Júlia Leite Machado, de Vidago, de quem não teve descendência. Por falecimento desta senhora, casou de novo com Dona Olinda Morais, de Montalegre, de quem teve dois filhos: Mário Júlio, nascido em Montalegre, e Júlio Augusto, nascido em Vila Real.

Começou a sua vida profissional como advogado, com banca na sua terra natal, mas em 1918 entrou para a carreira judicial como estagiário do Ministério Público em Peniche. Já como delegado iniciou funções nos Açores, passando depois por Montalegre, Valpaços, Peso da Régua e Vila Real. Mais tarde, já como juiz, exerceu nas comarcas de Mogadouro, Vinhais, Vila Pouca de Aguiar, Valpaços, Fundão, Peso da Régua, Lamego e Porto. Progredindo na carreira, chegou à categoria de juiz desembargador dos tribunais da Relação de Lisboa e Porto.





Foi administrador do concelho de Chaves em 1913, ainda antes de concluir a formatura em Direito. Membro do Partido Democrático, desenvolveu considerável actividade política. Fundou o jornal 8 de Julho e, depois da suspensão deste, o 9 de Julho. Pela vida fora, manteve sempre uma postura de republicano de velha cepa, apesar do seu aspecto aristocrático, realçado pela barba e pela badine. A sua fisionomia é assim descrita por A. Barrote: “Figura imponente, de barbas patriarcais, em que faiscavam olhos vivos, penetrantes, e onde bailava como prece um sorriso luminoso de homem bom, encarando a vida com salutar filosofia.”

Já depois da sua aposentação em 1958, manteve a actividade política, nomeadamente integrando a comissão nacional da candidatura do General Humberto Delgado, nas eleições do mesmo ano de 1958, e encabeçando em 1959 a lista de testemunhas abonatórias do escritor Aquilino Ribeiro no célebre processo judicial de natureza censória contra o escritor, que lhe foi movido pela publicação do romance Quando os lobos uivam (e acabaria por ser arquivado, face às reacções nacionais e internacionais).

Faleceu em Chaves, em 12 de Janeiro de 1968, com a idade de 79 anos.

A sua actividade de escritor, exercida à margem da magistratura e de forma inteiramente amadora, no melhor sentido da palavra, foi um modo de preencher os ócios e dar vazão a uma apetência genuína pela literatura. Embora a vida profissional, pela sua própria natureza, o tivesse afastado do mundo rural, manteve sempre uma ligação afectiva a esse mundo e a memória dos tempos em que viveu próximo do povo. A sua ficção reflecte um conhecimento profundo da ruralidade, quer da Terra Fria, quer da Terra Quente Trasmontana. Para além da capacidade de recriação do viver do povo trasmontano, no seu habitat natural, é de notar a utilização frequente de modismos regionais, chegando a fazer acompanhar A louca de Valpaços de um extenso glossário.

Escreveu cinco livros de feição regionalista: A morgadinha de Freixeda (1919, embora na sobrecapa se indique a data de 1921), espécie de romance a que o Autor prefere chamar “apontamentos em esboço”; O arcepreste de Barroso (1927; 2.ª ed., 1959), narrativa romanceada sobre factos reais, com os subtítulos de “P’ra cá do Marão” e “Manchas Regionais”; A louca de Valpaços (1940; 2.ª ed., 2004), romance, apresentado como “Folclore da Terra Quente”; O capitão Vila Frade (1956), romance sobre um seu antepassado longínquo; 5 contos... em moeda corrente (1961). O quinto livro é Pinceladas trasmontanas (1964), algo diferente dos anteriores, já que não se trata exactamente de ficção, mas de uma espécie de miscelânea em que inclusivamente são publicados versos de António Granjo, o grande político flaviense da Primeira República.

Montalvão Machado publicou ainda, já próximo da sua morte, O bom humor nos tribunais (1967), uma colectânea de histórias picarescas ou simplesmente bem humoradas à volta do mundo dos tribunais.

Com Montalvão Machado, estamos de novo em presença de um escritor em cuja obra é possível descobrir referências a Vila Real. Sabemos que o escritor tinha grande afecto por esta cidade, onde viveu e trabalhou — e suspeita-se que também tenha desenvolvido alguma actividade política, se bem que muito discreta, dado o clima político vigente à época, em plena Ditadura Militar. Aqui foi delegado do Procurador da República (vindo de exercer igual cargo no Peso da Régua) muito provavelmente entre o 3.º trimestre de 1925 e meados de 1929, pouco tempo depois da morte de seu pai. Habitou uma belíssima casa na Quinta do Seixo, ainda existente, que tinha sido estabelecimento hidroterápico, onde nasceu o seu segundo filho.





Esta forte ligação a Vila Real é naturalmente complementada com algumas referências que se podem respigar na sua obra.

Assim, em *Pinceladas transmontanas*, ocupa 17 páginas com um magnífico e bem documentado texto intitulado “O Santo António em Vila Real, de Trás-os-Montes”.

Em *O bom humor nos tribunais*, dedica o terceiro episódio a um caso rematado na Repartição do Registo Civil de Vila Real, em que é descoberta a falsificação da identidade de alguém que, pretendendo casar-se, estava formalmente impedido disso, já que, da documentação necessária para instruir o respectivo processo, constava que já era casado e até que já tinha falecido.

Finalmente, no livro *5 contos... em moeda corrente*, no capítulo “António Granjo”, fica-se a conhecer a história de uma família de peleiros que se instala em Chaves e em Vila Real, assim como as relações do grande político com o meio republicano vila-realense, nomeadamente com Adelino Samardã, as rivalidades entre as duas cidades, a “Malta do Campo” (designativo de um certo número de pessoas que frequentavam os cafés e restaurantes da parte superior da Avenida Carvalho Araújo, antigo Campo do Tabolado), o Café Club e o popular Diogo.

